

# POVO LIVRE

## CRECHES GRATUITAS PARA TODAS AS CRIANÇAS

No encerramento do debate “Mulheres e o Mercado de Trabalho”, na terça-feira, 7 de março, em Lisboa, Luís Montenegro defendeu o acesso universal e gratuito às creches, mobilizando para o efeito “os setores público, social e privado” e políticas públicas orientadas para assegurar a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional

6 PSD

**Cabe ao Primeiro-Ministro e a Fernando Medina tirar todas as ilações políticas**

Miguel Pinto Luz considera que as ilegalidades que agora se conhecem na TAP não são apenas um problema do foro interno da companhia, mas sim “da responsabilidade direta do Governo”

17 LOCAIS

**Câmara de Mafra quer uma solução para o Hospital Beatriz Ângelo**

Numa moção aprovada por unanimidade pelo executivo, dia 3, o município lamenta “profundamente o atual cenário de degradação do serviço prestado” aos utentes

19 REGIONAIS

**Madeira vai compartilhar compra de casa em cooperativas de habitação**

O objetivo é apoiar a classe média, anunciou Miguel Albuquerque, na cerimónia de lançamento da primeira pedra do edifício Residências Cortel, nos arredores do Funchal

# Mulheres: evocação, comemoração, celebração ou evolução social

**Hoje, 8 de março,  
é o Dia Internacional da Mulher**



**EMÍLIA SANTOS**  
Diretora do Povo Livre

Esta evocação, comemoração, celebração, ou qualquer outro nome que queiramos usar terá sempre o condão de demonstrar a importância das mulheres na vida em sociedade, estando historicamente relacionada com a defesa da igualdade de direitos, independentemente do género da pessoa.

Mas, muito antes de as Nações Unidas terem decretado 8 de março como Dia da Mulher, em 1975, já muito se tinha lutado por uma igualdade de género que era, em tempos idos, apenas uma utopia.

Da inesquecível marcha, ocorrida em 1857, em Nova Iorque realizada por um grupo de trabalhadoras da indústria têxtil pela defesa das melhores condições de trabalho e pela redução para uma carga diária de 10 horas; e de uma greve realizada, meio século depois, a 8 de março de 1908, com o propósito de terminar com o trabalho infantil e garantir o direito de voto às mulheres, surgiram as referências para que esta data fosse a escolhida para a comemoração do Dia da Mulher, primeiro nos Estados Unidos e depois propagando-se por outras nações.

Já em 1917, durante a primeira guerra mundial, a data foi assinalada na Rússia com uma marcha de 90 mil operárias que reivindicavam melhores condições de trabalho e de vida, ao mesmo tempo que se manifestavam contra as ações do Czar Nicolau II, num evento que ficou

conhecido pela designação de “Pão e Paz”, numa alusão às dificuldades decorrentes da situação de guerra na Europa.

Mais de um século depois, é pouco provável que se realize uma marcha de “Pão e Paz” na Rússia, em consequência do regime autocrático que vigora naquele país. Mas assistiremos, por certo, um pouco por todo o mundo, a inúmeras manifestações de afirmação da mulher na sociedade, da necessidade imperiosa de se continuar no caminho da igualdade de género.

Efetivamente, nas sociedades livres e democráticas, a participação na vida pública e empresarial deixou de ter as antigas barreiras e caminhos para sociedades mais evoluídas, onde a meritocracia é o critério relevante e as oportunidades começam a deixar de ter por base o género com que nascemos, ou até, em alguns casos, que optamos por ter.

Como mulher, mas, essencialmente, como cidadã que acredita numa sociedade evoluída, inclusiva e democrática, acredito que o papel das mulheres ou dos homens está de igual forma presente nos destinos do nosso futuro coletivo, pelo que acredito que esta data será cada vez mais apenas uma lembrança de um passado que queremos ver distante e que represente um futuro de esperança na evolução da nossa sociedade.

# CRECHES GRATUITAS PARA TODAS AS CRIANÇAS

Luís Montenegro defende o acesso universal e gratuito às creches, mobilizando para o efeito “os setores público, social e privado”. “É possível, e eu creio que é desejável, que a oferta pública de acesso gratuito e generalizado às creches possa ter sequência nos jardins de infância e nas amas”, declarou.





## Não nos podemos conformar com a violência doméstica

Luís Montenegro

No encerramento do debate “Mulheres e o Mercado de Trabalho”, na terça-feira, de março, em Lisboa, e que contou com a presença de Manuela Ferreira Leite, o líder do PSD reconheceu que a conciliação da vida familiar com a vida profissional não está a ser assegurada, mas é um dever dos governos promover mais “flexibilidade”. “As políticas públicas têm de ter resposta para isto”, reafirmou.

Sobre a violência doméstica em Portugal, Luís Montenegro lamentou os números de mulheres e crianças assassinadas em 2022 (24 mulheres e 4 de crianças) num total de 40 mil crimes reportados. “Não nos podemos conformar com a violência doméstica. A nossa sociedade só será justa quando este número for zero”, frisou.

Por sua vez, Manuela Ferreira Leite salientou que o envelhecimento e a baixa natalidade constituem os principais problemas do país.

Quanto às “dificuldades que existem na conciliação entre a profis-

são e a família”, ex-líder do PSD aludiu que “é um problema que afeta toda a família”.

Esta iniciativa, que se realizou na véspera em que se assinala o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, desdobrou-se por dois painéis. O primeiro, intitulado “Conciliação entre vida profissional e pessoal”, teve como oradores Paula Cosme

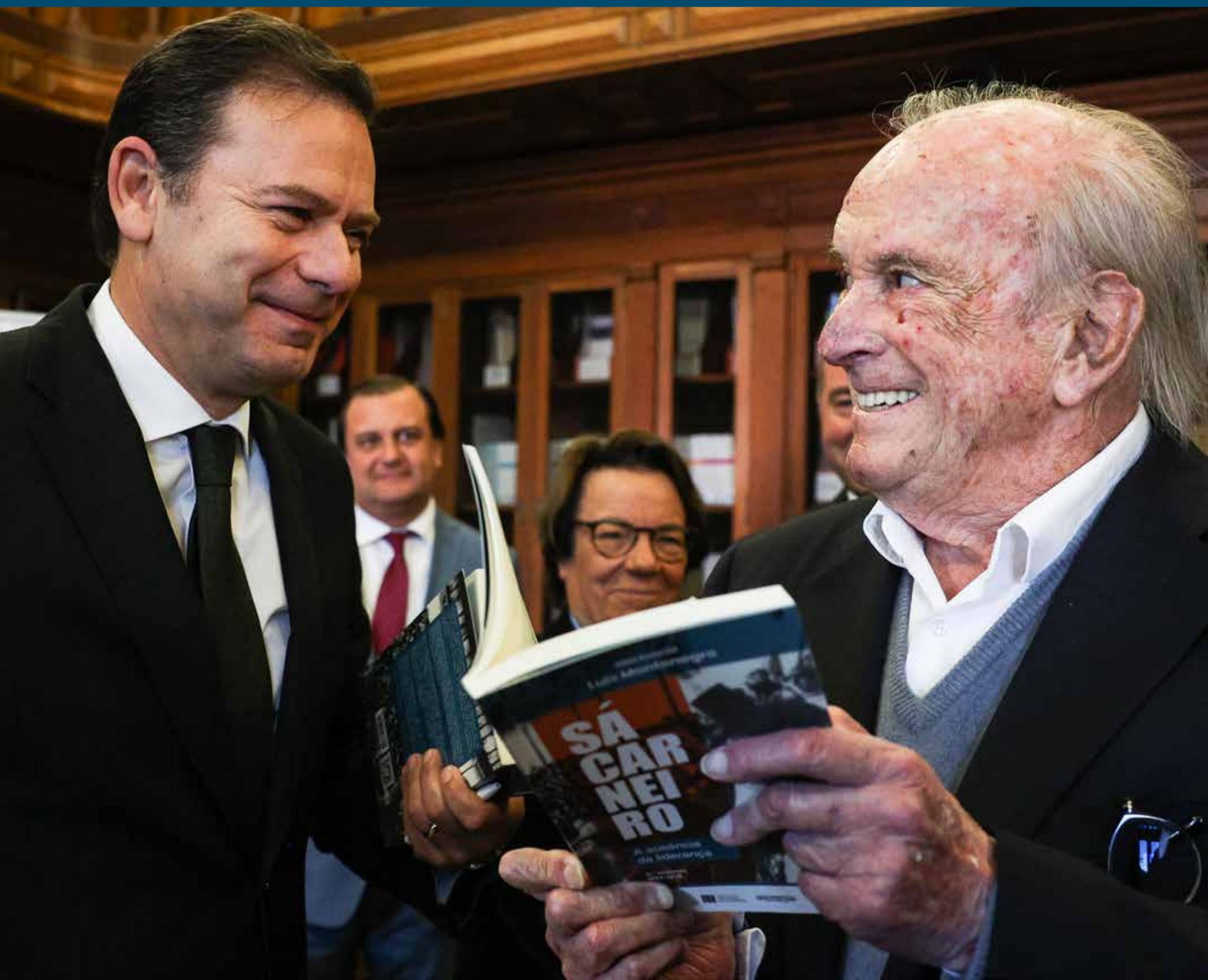
Pinto (cronista e blogger), Maria João Ricou (Senior partner da Cuatrecasas), Inês Odila (Country Manager da Coverflex) e Hélder Rosalino (administrador do Banco de Portugal). O segundo painel – “(Des)igualdade salarial” – teve as intervenções de Paulo Simões (Lisbon Office Leader da Egon Zehnder), Sara Falcão Ca-

saca (professora catedrática do ISEG), Manuela Doutel Haghighi (Global Customer Success Director da Microsoft) e Margarida Ramos Pereira (Tax Partner, Deloitte e Board Member da PWN Portugal). Inês Palma Ramalho, vice-Presidente do PSD, fez a abertura do debate.



# SÁ CARNEIRO É UMA INSPIRAÇÃO

Luís Montenegro considera Francisco Sá Carneiro “uma inspiração” e a função do PSD é dar “aos portugueses os instrumentos para serem o que quiserem”, ajudando a construir uma sociedade próspera, “competitiva”, “mais justa” e “com oportunidades para todos”.



No lançamento do livro “Sá Carneiro - A ausência da liderança”, o quinto volume dos textos políticos do fundador do PSD, que decorreu na biblioteca da Assembleia da República e contou com a presença do militante número do PSD, Francisco Pinto Balsemão, Luís Montenegro referiu: “O principal do pensamento que aqui [no livro] está expresso e que reflete também este ponto de partida é que nós não somos um partido de direita e não somos um partido de esquerda. Seremos um partido moderado do centro, do centro-direita, do centro-esquerda, abrangemos um bocadinho toda essa área de pensamento – e teremos dentro de nós sempre essa discussão, porque faz parte da nossa identidade”.

Luís Montenegro lembra que, mais do que uma ideologia, “o PSD tem sobretudo uma ligação muito grande às pessoas, ao povo”. “Como dizia Francisco Sá Carneiro, somos um partido popular, não é por acaso que a nossa primeira designação foi Partido Popular Democrático”, disse, acrescentando que o PSD é o partido “que se preocupa com a dignidade de cada ser humano, que quer dar a cada possibilidade a possibilidade de alcançar os seus objetivos na vida”.

O Presidente do PSD, que assina o prefácio deste volume, sublinha que o partido liderou “os quatro melhores governos da democracia portuguesa”. Comparando o fim da década de 1970 e a atualidade, Luís Montenegro considerou que a grande diferença entre PS e PSD continua a ser “a linha política verdadeiramente reformista e transformadora dos sociais-democratas”, partindo para uma comparação entre os executivos liderados pelos dois partidos desde 1976. “Os governos da AD com Sá Carneiro e Balsemão foram muito mais transformadores do que foram os governos de Mário Soares, cada um no seu contexto histórico”, defendeu.

Luís Montenegro elogiou a obra dos governos liderados por Cavaco Silva,



entre 1985-1995, por Durão Barroso, Santana Lopes, entre 2002 e 2005, e por Pedro Passos Coelho, entre 2011 e 2015, já que “marcaram a diferença em relação aos que os antecederam e aos que lhes sucederam”.

“Sinto um orgulho enorme em ser hoje Presidente do PSD e olhar para trás e ver tantos líderes e tanta gente qualificada, mas ver quatro governos que foram os quatro melhores governos da democracia portuguesa”, afirmou, desafiando os portugueses a confrontarem os resultados destes executivos com os dos liderados pelos socialistas.

“O engenheiro António Guterres deixou o país num pântano, José Sócrates na bancarrota e António Costa está num ciclo de empobrecimento que nos está a levar para a

cada da Europa. (...) Antes disso, já tinha vindo o FMI duas vezes pela mão do PS. Isso diz muito do que deve ser a confiança, a esperança e a ambição que devemos ter no nosso projeto político para ficarmos à altura da história dos que nos antecederam e deixarmos aos vindouros trabalho, para prosseguirem com os mesmos princípios programáticos aqui definidos”, apontou.

O quinto volume dos textos políticos de Sá Carneiro, editado pelo Instituto Sá Carneiro e pela Alêtheia, é dedicado ao período dos anos de 1977 e 1978, durante os quais o fundador do PSD deixou a liderança do partido – daí o título “A ausência da liderança” – antes de regressar e tornar-se Primeiro-Ministro até falecer, em 4 de dezembro de 1980.





”

O PSD é o partido que se preocupa com a dignidade de cada ser humano

Luís Montenegro



# ESTADO DA FERROVIA É UMA VERGONHA

**Luís Montenegro acusa os governos de António Costa de agravarem o estado da ferrovia em Portugal, contribuindo para a degradação do serviço de transporte ferroviário, em resultado da falta de investimento público.**

Para o líder do PSD, as omissões e decisões do Governo “têm consequências” em áreas como a saúde e também na ferrovia. Referindo-se ao incidente ocorrido na linha de Sintra, na noite de 1 de março, Luís Montenegro considera o caso “um escândalo”, “uma vergonha”. “Não é por acaso que as composições da linha de Sintra vêm sempre à pinha. É porque não houve investimento, é porque durante sete anos assistimos a anúncios magníficos. Quantas vezes é que ouviram falar do histórico investimento da ferrovia?”, afirmou.

Discursando no jantar da Distrital de Lisboa de homenagem aos autarcas, em Sintra, esta sexta-feira, Luís Montenegro lembra que os anteriores responsáveis pela tutela dos transportes “não foram capazes de solucionar o problema da ferrovia em Portugal”. “Quem for ouvir, hoje, o ministro João Galamba pare-

ce que já está a ouvir, se fechar os olhos, o ministro Pedro Nuno Santos. Por sua vez, se também fecharmos os olhos, parece que estamos a ouvir também o ministro Pedro Marques”, apontou.

O Presidente do PSD sublinha que “não vale a pena vir dizer” que a sobrelocação dos comboios “foi por causa da greve” ou porque “alguém se sentiu mal, como disseram os membros do Governo”, porque “há problemas mesmo nas alturas em que não há greve”, como aconteceu durante a pandemia, quando as composições circulavam “também sobrelotadas”.

“É uma vergonha quando as pessoas têm de sair do comboio, porque não cabe mais ninguém, porque se sentem mal, porque não têm alternativa. (...) Isto acontece porque houve um governo que ou decidiu mal ou adiou investimento”, disse.



”

É uma vergonha quando as pessoas têm de sair do comboio, porque não cabe mais ninguém

# SÓ O VIRAR EMPO

Luís Montenegro considera que é preciso “virar a página do empobrecimento em Portugal”, “quando há cada vez mais pessoas a ganhar o salário mínimo nacional” e muitas famílias “têm dificuldade em pagar a alimentação, a energia, os combustíveis e a renda/prestação da casa”.

“Mas para virar a página do empobrecimento é preciso mudar de Governo e nós estamos aqui para dar aos portugueses o Governo que merecem”, afirmou.

Durante a tomada de posse da Comissão Política Distrital do PSD de Portalegre, no sábado, o líder do PSD fez um diagnóstico das políticas de António Costa em diversas áreas, como na saúde, educação, habitação e na agricultura, recordando que os governos socialistas nos últimos sete anos terminaram de uma forma negativa para o país. “As políticas deste PS, ou muitas vezes a falta delas [políticas], estão a contribuir para um país mais desequilibrado, mais injusto e, por via disso, naturalmente mais pobre”, referiu.

Além de escrutinar a ação do Governo, garante Luís Montenegro, a tarefa do PSD é “construir a alternativa”, apresentando propostas credíveis para as famílias e empresas ou para responder aos problemas da habitação, da coesão territorial, da saúde e da educação.

E quando o PSD for novamente chamado a governar, garante Luís Montenegro, os portugueses saberão, uma vez mais, “como é tão diferente um governo do PSD” em comparação com um executivo do PS. “Eles podem dizer aquilo que eles quiserem, mas nunca poderão dizer que um Governo do PSD chamou o Fundo Monetário Internacional, nunca poderão dizer que um Governo do PSD deixou Portugal num pântano, nunca poderão dizer que um Governo do PSD deixou Portugal na bancarrota e nunca poderão dizer que um Governo do PSD deixou Portugal na cauda da Europa. Esse é o cadastro do PS, o nosso currículo é o currículo do crescimento, das pessoas”, assinalou.



# PSD PODE R A PÁGINA DO OBRECIMENTO



**Nunca poderão  
dizer que um  
Governo do PSD  
deixou Portugal  
na bancarrota**



LUÍS MONTENEGRO NO 17.º  
ANIVERSÁRIO DO CLUBE DOS PENSADORES

# “SE FOSSE PRIMEIRO-MINISTRO, FERNANDO MEDINA JÁ NÃO ERA MINISTRO DAS FINANÇAS”

**Luís Montenegro acusa o Governo de “sacudir a água do capote” e de “arranjar bodes expiatórios” ao decidir exonerar a CEO e o presidente do Conselho de Administração da TAP. O líder do PSD reitera que o ministro das Finanças está, assim, “diminuído de autoridade política e na sua credibilidade para o exercício da função”.**

“O Governo ao fazer cessar de funções o presidente do Conselho de Administração e a presidente executiva da TAP quer, no fundo, sacudir a água do capote, quer arranjar bodes expiatórios para uma responsabilidade política que é sua, nomeadamente do senhor ministro das Finanças”, sublinhou.

Luís Montenegro, que falava na segunda-feira em Vila Nova de Gaia, depois de intervir no 17.º aniversário do Clube dos Pensadores, foi perentório ao afirmar que “se fosse Primeiro-Ministro, o ministro das Finanças que tivesse agido como Fernando Medina já não era ministro das Finanças”.

Entre outros factos, o líder do PSD lembrou que “o ministro das Finanças não se pode esquecer que assinou também o despacho de nomeação da engenheira Alexandra Reis

para a NAV e foi ele que a foi convidar para secretária de Estado do Tesouro do seu próprio Ministério”.

Como tal, insistiu Luís Montenegro, “se o dr. Fernando Medina não tivesse ido convidar a engenheira Alexandra Reis para ser secretaria de Estado do Tesouro, esta situação, todo este enredo, talvez não fosse sequer do conhecimento público”.

Para o Presidente do PSD, o Governo tem agido com “total ligeireza”: “Foi o ex-ministro das Infraestruturas dizer que não sabia de nada, depois que afinal assumia a responsabilidade porque o seu secretário de Estado tinha tido conhecimento, para já, depois de ter saído do Governo, vir dizer que por ‘WhatsApp’ tinha tido conhecimento e tinha dado o ok a que se pagasse aquela indemnização”, apontou.



# PSD APRESENTA DEZ DIPLOMAS PARA A HABITAÇÃO



O PSD apresentou hoje dez diplomas legislativos na Assembleia da República sobre a habitação, acusando o Governo de ter uma “solução profundamente errada” para um problema muito grave que afeta o país.

Numa conferência de imprensa, nos Passos Perdidos do Parlamento, dia 7, com o Presidente do Grupo Parlamentar, Joaquim Miranda Sarmiento, e o vice-Presidente do partido, António Leitão Amaro, os sociais-democratas apontaram vários erros ideológicos ao programa dos socialistas para a habitação.

Em contraponto, o PSD propõe que o Estado possa avançar com uma garantia pública que substituiu a entrada na compra de uma casa para jovens até aos 35 anos. A pro-

posta (da JSD) prevê que a garantia represente até um máximo de 10 % do valor do imóvel (que não exceda os 250 mil euros).

Os sociais-democratas defendem também a redução da taxa libertatória dos rendimentos prediais para o arrendamento habitacional (de 28 para 23%), a isenção de IMT nas vendas de imóveis até 168 mil euros e o reforço das deduções do pagamento de rendas e de juros no crédito à habitação, em sede de IRS.

Além disso, o PSD apresentou uma proposta para a criação de um subsídio de arrendamento, destinado a agregados familiares com rendimentos até ao sexto escalão de IRS (cerca de 38 mil euros), e com uma taxa de esforço igual ou superior a 33%.

Na lista de dez diplomas – sete projetos-lei, uma deliberação e duas recomendações ao Governo – está prevista também a aplicação da taxa mínima de IVA de 6% para obras e reabilitação de prédios habitacionais, uma medida a implementar entre 2024 e 2030.

Outra das propostas apresentada é a possibilidade de serem as autarquias a tomarem posse de imóveis devolutos do Estado. “Não existe sequer moral para o socialismo atacar os proprietários, quando o Estado tem milhares de prédios devolutos”, defendeu António Leitão Amaro.

O PSD tem já agendado um debate, no Parlamento, sobre este pacote de iniciativas para o próximo dia 15 de março.

# PSD CHAMA MINISTRA DA JUSTIÇA AO PARLAMENTO E COMISSÃO INDEPENDENTE

O Grupo Parlamentar do PSD requereu as audições da Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais de Crianças na Igreja, da ministra da Justiça e de representantes de instituições de apoio à criança.

Os deputados do PSD requerem também a audição, na 1ª Comissão, do Instituto de Apoio à Criança (IAC) e da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças (CNPDP-CJ).

No requerimento, o grupo parlamentar destaca o “exaustivo diagnóstico” do relatório final da

Comissão Independente para o Estudo de Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa “Dar voz ao silêncio”, recentemente divulgado.

“[Esse relatório] convoca-nos a todos, em especial aos decisores políticos, para uma profunda e aturada reflexão sobre a realidade silenciada dos abusos sexuais vividos em instituições que acolhem crianças ou que têm crianças à sua guarda”, lê-se.

Segundo os deputados, não se podem, de todo, ignorar as sugestões e recomendações contidas no rela-

tório, algumas das quais cuja concretização carece de intervenção legislativa do parlamento, “razão pela qual se impõe ouvir, desde logo, os membros dessa Comissão, mas também o IAC e CNPDP-CJ pelo seu especial acompanhamento deste tipo de matérias”.

Por fim, o PSD justifica a chamada da ministra da Justiça sobre este assunto: “Tendo em conta que a própria afirmou que o Governo estará a preparar, na sequência do recomendado pela Comissão Independente, alterações em matéria de contagem dos prazos de pres-

crição”.

A Comissão Independente validou 512 dos 564 testemunhos recebidos – entre janeiro e outubro de 2022 –, apontando, por extrapolação, para um número mínimo de vítimas da ordem das 4.815. Vinte e cinco casos foram reportados ao Ministério Público, dando origem à abertura de 15 inquéritos, dos quais nove foram arquivados, permanecendo seis em investigação. Os testemunhos de abusos referem-se a casos entre 1950 e 2022, espaço temporal do trabalho da comissão.



# CÂMARA DE MAFRA QUER UMA SOLUÇÃO PARA O HOSPITAL BEATRIZ ÂNGELO

**A Câmara de Mafra exortou o Ministério da Saúde a resolver os problemas do Hospital Beatriz Ângelo, lamentando a degradação da qualidade do serviço aí prestado aos doentes.**

Numa moção aprovada por unanimidade pelo executivo, dia 3, o município lamenta “profundamente o atual cenário de degradação da qualidade do serviço prestado aos doentes, manifestando publicamente a sua preocupação” relativamente à situação do Hospital Beatriz Ângelo, localizado em Loures.

Além do município de Loures e de Mafra, o Hospital Beatriz Ângelo serve os concelhos de Odivelas e Sobral de Monte Agraço.

No texto, a autarquia de Mafra exorta a tutela a, “independentemente do modelo adotado para a gestão do hospital, garantir condições quer para a valorização dos profissionais de saúde existentes, assegurando a retenção do talento, quer ainda para a contratação urgente dos trabalhadores necessários à resolução do problema da escassez de recursos humanos”.

Reiterando o pedido de uma “reunião urgente” com o ministro da Saúde, Manuel Pizarro, a Câmara de Mafra alerta também na moção para a “crescente degradação da qualidade do serviço prestado por este hospital, em grande medida devido à falta de profissionais de saúde”.

O executivo da Câmara de Mafra é composto por sete eleitos pelo PSD e dois pelo PS. Desde o dia 1 de março que a urgência pediátrica do hospital de Loures passou a funcionar apenas de segunda-feira a sexta-feira, entre as 09h00 e as 21h00. Nesse dia, 11 chefes de equipa do Serviço de Urgência Geral da unidade demitiram-se do cargo, justificando, numa carta de demissão consultada pela Lusa, que o hospital vive “os piores momentos da sua história” devido à “escassez de recursos humanos”. Entre

as 09h00 e as 21h00 de sábados e domingos, a assistência às crianças e adolescentes com doença urgente que sejam da área de referência do Hospital Beatriz Ângelo será assegurada pelo Hospital São Francisco Xa-

vier, Santa Maria e Dona Estefânia, todos no concelho de Lisboa, enquanto, no período noturno de todos os dias, o atendimento é feito pelas últimas duas unidades.



## PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL

# NOVO TRAÇADO PARA GRÂNDOLA E SANTIAGO DO CACÉM NÃO SERVE AS POPULAÇÕES

**A Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal manifesta oposição ao novo traçado ferroviário, incluído no Plano Ferroviário Nacional, que prevê uma nova linha ferroviária de mercadorias no troço Sines/Relvas Verdes e Grândola Norte e que prejudica gravemente os concelhos de Grândola e Santiago do Cacém.**

Este novo traçado previsto no Plano Ferroviário Nacional assemelha-se bastante ao que já fora discutido e rejeitado, ao ponto de ter sido abandonado pelo Governo.

“A tão necessária requalificação da linha ferroviária entre o Porto de Sines e a linha do Sul, não é aqui contestada e deve ser uma prioridade, que o Governo tarda em apostar. Todavia, depois da decisão de reabilitar o troço Sines-Ermidas – decisão defendida por autarcas, populações, associações de agricultores, associações ambientais, proprietários – não compreendemos o motivo pelo qual se volta a insistir num traçado que coloca em perigo estes dois concelhos, no que se refere à economia, ao ambiente e à sustentabilidade locais”, considera a distrital.

Para Paulo Ribeiro, “avançar com este projeto (...) é sacrificar o modo de vida de centenas de produtores da região, de populações que vivem das suas terras e de uma região com um enorme potencial, que permanece intacto até aos dias de hoje. Prosseguir com este projeto é colocar em perigo milhares de hectares de montado, sendo a cortiça uma das maiores riquezas nacionais, mas também os ecossistemas das lagoas de Santo André, Sancha e Melides. Continuar com



este projeto é desprezar os inúmeros investidores que geram riqueza diariamente em Grândola e Santiago do Cacém, que verão as suas atividades – também elas geradoras de emprego – anuladas por um projeto que, por mais de uma vez, se percebeu não ser vantajoso para esta região do Litoral Alentejano. Avançar com este projeto é ignorar as populações locais, que tanto têm investido nas suas propriedades e veem neste intento do Governo, uma ameaça ao seu modo de vida, à sua subsistência e à terra que

sempre protegeram e preservaram, ao longo dos tempos”.

A Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal exorta o Governo a terminar a requalificação do traçado e linhas Sines/Ermidas e Ermidas/Grândola no sentido de acautelar as necessidades de modernização e continuidade apresentadas no Plano Ferroviário Nacional. O Ramal de Ermidas do Sado é reconhecidamente uma alternativa e já está praticamente todo requalificado e preparado para comboios com as características até agora pretendi-



**Governo sacrifica os interesses da região de Setúbal**

das, se o problema colocado era o de pendentes muito elevadas, esse problema também se coloca no novo traçado desenhado no mapa das Infraestruturas de Portugal.

“Mais uma vez o Governo do Partido Socialista sacrifica os interesses da região de Setúbal, nomeadamente de Grândola e Santiago do Cacém, não conseguindo justificar o motivo pelo qual não se opta pela alternativa já existente, pelo que a Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal manifesta a sua oposição total a este novo traçado que o Governo pretende novamente impor às populações destes dois concelhos”, concluiu.

VILA NOVA DE GAIA

# HABITAÇÃO DEVE SER UM DESÍGNIO MUNICIPAL

**A habitação é um problema persistente do Concelho e atinge os mais jovens e os mais vulneráveis. O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal está empenhado em defender soluções municipais efetivas, que não podem circunscrever-se a meras medidas ideológicas, conjunturais ou de cariz assistencial**



O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Gaia entende que as políticas de habitação ou de estratégia para a habitação não podem ficar circunscritas a meras medidas conjunturais ou a propostas de cariz assistencial.

Em reunião da Assembleia Municipal, no âmbito do debate sobre habitação requerido pelo PCP, Paulo Martins, deputado do PSD, insistiu na necessidade de elevar as políticas de habitação a uma prioridade máxima, colocando-as ao mesmo nível da educação, da saúde e da ação social, porque todas “são intrinsecamente do interesse público”.

Para o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Gaia, não obstante as divergências, “as políticas de habitação não podem ser de direita ou de esquerda, quer na metodologia, quer nas soluções, porque estas interessam e dizem respeito a todos. Quem está legitimamente eleito e tem a responsabilidade de decidir tem de orientar-se, tanto pela sensibilidade social, quando adota medidas para os agregados carenciados, como pelo pragmatismo, quando recorre às leis do mercado, para dar eficácia à construção ou à implementação de projetos”, assina-

lou o deputado.

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Gaia considera, ainda, que “pensar a habitação de forma estratégica é, pois, um exercício que não pode esgotar-se num único momento, nem tão pouco se pode resolver com medidas radicais, como a construção de casas a esmo ou com a fixação de percentagens específicas para habitação social, nos novos empreendimentos. Estas medidas ou não têm utilidade prática ou, na sua maioria, não levam a nada”.

Nesse sentido, o deputado Paulo Martins referiu que o mais importante é resolver “os problemas do setor habitacional e imobiliário, como o mercado municipal de arrendamento, o preço de aquisição de habitação condigna para casais jovens e para a classe média e até a disponibilização de habitação para as classes mais vulneráveis”.

Desde o Programa Especial de Realojamento, na década de 1990, o último e único grande programa de habitação nacional, para erradicação de barracas, realizado pelo Governo do PSD, liderado pelo professor Cavaco Silva, não existiu até hoje mais nenhum programa, projeto ou proposta

que, com profundidade, tratasse as múltiplas faces dos problemas da habitação.

Por isso, frisou o deputado, “o acordo de colaboração celebrado entre a Câmara Municipal e o Governo, em maio de 2021, no âmbito do programa 1.º Direito, para a construção de 2.019 casas até 2026, num investimento de 143 milhões de euros, entre novas construções ou aquisição, quer para o mercado de arrendamento, quer para venda a custos controlados, é uma oportunidade única para reverter esta situação”.

Segundo o Censos 2021, a população residente em Vila Nova de Gaia cresceu cerca de 4,7 %, ao passo que os alojamentos aumentaram cerca de 15,7 %. “Ora, em condições normais, deveriam estar garantidas todas as condições para que o problema de habitação não assumisse, nem a dimensão, nem a pressão em que nos encontramos, mas estes números são contrariados pela própria realidade”, sustentou o deputado.

O Grupo Parlamentar do PSD assinala como principais problemas “o aumento significativo dos prédios devolutos, a pressão urbanística nos grandes centros urbanos e a espe-

culaçaõ imobiliária que lhe está associada, o aumento exponencial do turismo”, assim como “a inexistência de políticas atrativas para fixar as populações, os problemas de mobilidade e até a localização do local de trabalho”.

De destacar que um dos compromissos eleitorais do PSD, “A cidade dos 15 minutos, permitiria criar novos núcleos de atratividade urbana e corresponde a um novo conceito de vida urbana, em que viver trabalhar, comprar, cuidar, educar e divertir-se poderá estar ao alcance dos cidadãos, num perímetro curto, alcançável em pouco tempo e que poderia acabar com a rotina transportes-trabalho-transportes-casa”.

“Porque temos a noção que a habitação é um dos maiores problemas com que se deparam os mais jovens e os mais vulneráveis e um desafio enorme para o Município. Disso são prova as 3.190 famílias identificadas no diagnóstico da Estratégia Local de Habitação, com carências habitacionais ou os preços praticados em grande parte do Concelho, para compra ou arrendamento absolutamente inacessíveis para a classe média e baixa”, sintetizou.

#### AS PERGUNTAS DO PSD

- **Tendo em conta os dados oficiais, dos quase 2.500 pedidos de habitação em Vila Nova de Gaia, entre 2014 e 2019, estavam em curso 1.800, o que significa que, pelo menos, 78,5 % dos referidos pedidos não tiveram solução. Quantos destes pedidos já foram, entretanto, atendidos?**
- **Quantos dos 3.190 agregados atualmente sinalizados nos serviços municipais, serão beneficiários ou terão prioridade nos vários programas na Estratégia Local de Habitação?**
- **Além do acordo de colaboração dos municípios com o Governo, abrangidos pelo PRR, existem outros dois programas: um destinado ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia de Gaia, no valor total de 9 M€; e outro em que são beneficiários quatro Juntas de Freguesia, no valor de 2,5 M€. Qual é o grau de execução dos referidos programas?**
- **Quantos dos 3.190 agregados**

**sinalizados e com pedidos de habitação nos serviços municipais, serão beneficiários ou terão prioridade nos vários programas na Estratégia Local de Habitação?**

- **Tomando em consideração, a execução do acordo de colaboração celebrado com o Governo, no âmbito do programa 1.º Direito, no valor de 143 M€, quantas casas já foram entregues aos destinatários finais?**

#### AS PROPOSTAS DO PSD

- **Criação de um mercado municipal de arrendamento, onde o peso institucional do Município possa promover parcerias entre os investidores privados e o Estado.**
- **Aposta no arrendamento de fogos devolutos ou que careçam de requalificação para os disponibilizar, posteriormente, a preços acessíveis, onde o papel dos poderes públicos pode ser muito importante, quer através de medidas dissuasoras, quer pela fiscalização para não fazer das casas fechadas e sem utilidade um ato de mera gestão especulativa.**
- **Criação de incentivos à requalificação do edificado, como as isenções parciais ou integrais, com vista à promoção da reabilitação de áreas consideradas estratégicas, promovendo também uma diferenciação dos benefícios fiscais e na fixação de taxas, de acordo com a localização das Área de Reabilitação Urbana (ARU) ou o agravamento da taxa de IMI para os prédios devolutos, que o Município já aplica pela taxa máxima legal de 30 %.**

- **Revisão do regime do atual programa de apoio ao arrendamento que corresponde a mais de 1 M€, por ano, adotando-o como uma medida de apoio social de caráter temporário e transitório, limitada a um determinado período e com participações balizadas, de acordo com a realidade concreta de cada um dos agregados familiares.**
- **Revisão das regras de apoio financeiro ao arrendamento ou execução de obras em habitações degradadas, no âmbito do programa Gaia + Inclusiva, que representam um encargo anual de idêntico valor, para rentabilizar os recursos municipais e canalizá-los para os pedidos de habitação que ainda não foram tratados ou atendidos.**

#### COMPLEXO FUNERÁRIO E CREMATÓRIO DE VILA NOVA DE GAIA VEM PREENCHER UMA LACUNA

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal congratula-se com a conceção, construção e exploração do Complexo Funerário e Crematório de Vila Nova de Gaia, que se localizará em Canelas. Trata-se de um investimento que vem colmatar uma necessidade cada vez mais premente dos gaienses.

Em representação do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal, Joaquim Barbosa considera que o “Centro Funerário poderá corresponder a uma alternativa com maior qualidade do culto, permitindo a realização das cerimónias fúnebres com maior dignidade e respeito”.

“Preenche também uma lacuna do Município. A falta de um cemitério municipal e as condições, transver-

sais no Concelho, em que funcionam os cemitérios paroquiais de algumas freguesias, que são manifestamente exíguas”, afirmou o deputado na reunião da Assembleia Municipal, no passado dia 17 de fevereiro.

O Grupo Parlamentar do PSD apelou ao executivo para que este equipamento possa assegurar todas as garantias, “tanto do ponto de vista da incorporação de inovação tecnológica, da comunicação, como da eficiência energética e da sustentabilidade ambiental”.

Joaquim Barbosa compreende “a opção por Canelas, quer quanto à localização geográfica, quer pelo facto de rentabilizar um espaço do domínio público” e defende a integração plena do Complexo Funerário na paisagem urbana, “uma vez que vai conviver paredes-meias com o Centro Cívico da freguesia, capaz de consolidar o “espírito” do lugar, num perfeito equilíbrio entre material e imaterial”.

“Na verdade, a localização é central e com vias de acesso fáceis. Acresce que o espaço já havia sido usado para lançamento de um projeto, evidentemente aprovado pelos serviços municipais, destinado à edificação de Capelas Mortuárias, uma necessidade que os canelenses reivindicam há décadas. Canelas, não obstante a relevante dimensão urbana e demográfica, continua a velar os seus entes queridos longe da Igreja Paroquial e a ter de transportar as urnas pela estrada principal até a Igreja Matriz”, afirmou ainda.

Por fim, o Grupo Parlamentar do PSD disse “acreditar que este equipamento corresponda às expectativas dos gaienses e possa garantir o culto da morte, com a laicidade que também lhe está associada”.



# CÂMARA DE VISEU QUER MERCADO 2 DE MAIO COM RESTAURANTES

A Câmara Municipal de Viseu pretende que o Mercado 2 de Maio, situado no centro da cidade e cujas obras de requalificação devem estar concluídas no verão, seja sobretudo dedicado à restauração.

“Todas as lojas que estiverem livres e todas as que fizemos a mais com essa intenção são para disponibilizar para a restauração”, anunciou o Presidente da autarquia, Fernando Ruas, no final da reunião do executivo camarário.

Fernando Ruas decidiu aproveitar a reunião de 2 de março, para informar os vereadores e a população desta decisão, que será também divulgada em edital, para que os empresários da restauração possam

atempadamente pensar nessa possibilidade.

Segundo o autarca, o objetivo do anúncio de hoje foi informar o que o executivo pretende fazer no Mercado 2 de Maio e “dar oportunidade a todos os restaurantes de Viseu de dizerem o que é que querem”.

“Fazer um mercado da restauração é a melhor utilização que podemos dar” àquele espaço requalificado, considerou, acrescentando que pretende que aquela zona nobre da cidade tenha algo “com muita qualidade”.

O objetivo é ter no Mercado 2 de Maio “uma âncora com relevo nacional” e que “os restaurantes de marca” de Viseu aí instalem balcões.

Tudo isto “sem prejuízo das pessoas que têm compromisso com a câmara” para algumas lojas, mesmo sendo de outras áreas de negócio, esclareceu Fernando Ruas.

Segundo o autarca, há uma “grande preocupação” com o espaço exterior às lojas.

“Temos que conciliar aquele espaço arborizado com as magnólias, que ficam até com um realce diferente por baixo dos painéis (da cobertura), com um eventual espetáculo”, explicou.

No seu entender, as magnólias ficam valorizadas com a polémica cobertura do mercado que, no início de 2021, motivou a contestação de dirigentes culturais, historiadores e arquitetos.

O Mercado 2 de Maio foi inaugurado em maio de 1879 e sofreu alterações em 1914, nas décadas de 20, 40, 70 e 90. A mais polémica ocorreu entre 2000 e 2002, quando deixou de ter a utilização de mercado municipal. A obra em curso - que contempla a cobertura para utilização 12 meses por ano, a reabilitação de lojas e respetivos telhados e a instalação de sistema de climatização - representava inicialmente um investimento global de 4,3 milhões de euros, mas que, segundo Fernando Ruas, já terá aumentado para mais de cinco milhões de euros (com a revisão de preços).



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PINHEL UNÂNIME NA DEFESA DO CENTRO DE SAÚDE

A Assembleia Municipal (AM) de Pinhel, no distrito da Guarda, aprovou, por unanimidade, uma moção onde alerta que o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do Centro de Saúde se encontra “fragilizado” e em “sérios riscos” de comprometimento.

Segundo o documento, os serviços de saúde no geral têm vindo a ser “sucessivamente esvaziados” e o SAP de Pinhel “encontra-se ‘fragilizado’ e em sério risco de igual comprometimento”, dado que “muitos dos enfermeiros que ali prestavam serviços ficaram impedidos de o fazer, pelo facto de terem sido qualificados como ‘Enfermeiros de Família’.

“As faltas são enormes e segundo informações que nos chegaram, para que o SAP mantenha todas as suas funcionalidades e serviços, são necessários seis enfermeiros para o efeito”, lê-se na moção que foi aprovada pela AM de Pinhel, presidida por Ângela Guerra (PSD).

No documento também se refere que, neste momento, apenas dois enfermeiros “estão alocados” ao serviço e “as faltas têm vindo a ser colmatadas em intermitência com prestadores de serviços ou colegas enviados de outros serviços”.

Perante a situação, a AM aprovou a moção onde manifesta “a sua posição de frontal recusa de todo este processo de encerramento e ‘esva-

ziamento’ dos Serviços de Atendimento Permanente, que considera ter como única finalidade a destruição do Serviço Nacional de Saúde por razões ideológicas e opção política”.

Aquele órgão autárquico também exige “a sua participação em todos os processos, ou decisões que digam respeito à organização e funcionamento dos serviços de saúde que servem a população do concelho de Pinhel” e mostra-se disponível para “organizar e/ou participar em ações de protesto, ou outras que sejam consideradas adequadas à defesa dos interesses dos cidadãos, nomeadamente, o pedido de audiência urgente ao ministro da

Saúde, caso se venha a revelar de interesse”.

A AM apela, ainda, aos utentes, aos profissionais de saúde, às suas estruturas representativas e à população em geral, “para que intensifiquem a luta em defesa do Serviço Nacional de Saúde, contra o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Pinhel”.

A moção, aprovada por unanimidade na reunião da Assembleia Municipal de Pinhel realizada no dia 28 de fevereiro, já foi enviada para o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda, que gere o Centro de Saúde daquela cidade do distrito da Guarda.





# PSD DE PAREDES COMEMORA DIA DA MULHER COM DEBATE

A Comissão Política do PSD de Paredes organizou um debate, enquadrado na comemoração do Dia Internacional da Mulher. Esta iniciativa encheu por completo a sala/auditório da sede. Foram muitos, militantes e simpatizantes do PSD que, de uma forma entusiasta, ouviram das palestrantes o papel da mulher na vida política e associativa sem, contudo, nunca perder o horizonte quotidiano profissional e familiar.

Foram muitos os exemplos contados na primeira pessoa. Mas foram também muitos os desafios que as oradoras, moderadas por Ricardo Sousa, presidente da estrutura social-democrata de Paredes, se propõem levar a efeito na sua vida política ativa, como por exemplo, demonstrar à sociedade que a Mulher sabe lidar e gerir os

destinos para que foi eleita ou convidada para as mais diversas entidades públicas ou privadas.

Participaram nesta palestra, Célia Carneiro, dentista, deputada Municipal e líder das MSD de Paços de Ferreira; Cristiana Seabra, engenheira, membro da

Assembleia de Freguesia de Recarei, Paredes; Mariana Machado Silva, advogada, presidente da Junta de Freguesia de Vilela, Paredes; Cidália Neto, professora, membro da CPS do PSD de Lousada; Trindade Vale, presidente da ADICE, ex-deputada na AR, ex-vereadora na CM de Valongo e ex-líder da CPS de Valongo; Daniela Oliveira, vereadora na CM de Penafiel e Susana Oliveira, ex-vereadora na CM de Penafiel.



# TURISMO NOS AÇORES ESTÁ A DESENVOLVER-SE NA “JUSTA MEDIDA”

José Manuel Bolieiro quis “tranquilizar” os açorianos quanto à sustentabilidade da região, afirmando que o turismo no arquipélago está a desenvolver-se na “justa medida”, rejeitando a massificação do destino.

“Quero tranquilizar todos. Estamos a fazer bem um percurso que promove riqueza, empregabilidade e prestígio aos Açores e a cada uma das nossas ilhas enquanto destino de natureza. Por isso, [estou] confiante de que as políticas públicas são assertivas. Não pela massificação, mas pela excelência”, afirmou o líder regional, durante a Bolsa de Turismo de Lisboa, dia 1 de março.

O chefe do executivo dos Açores afirmou que o Plano Estratégico de Marketing do Turismo dos Açores 2030 (PEMTA), que está em consulta pública, tem como “principal substrato” a sustentabilidade social, económica e ambiental.

“Queremos desenvolvimento e progresso fundados na nossa sustentabilidade. E estamos a fazê-lo sempre na justa medida. É por isso mesmo que este Plano Estratégico e de Marketing tem como principal substrato a questão da sustentabilidade”, sinalizou.

José Manuel Bolieiro reforçou que a natureza é o “ativo” e a “grande referência” do turismo da região.

Os Açores contabilizaram cerca de 3,2 milhões de dormidas em alojamentos turísticos em 2022, um valor acima do de 2019, em que tinha sido registado um valor recorde, segundo dados do Serviço Regional de Estatística (SREA).

Políticas do Alojamento Local são definidas nos Açores

As políticas relativas ao Alojamento Local (AL) são defini-

das pela região dos Açores. José Manuel Bolieiro realça que os arquipélagos não foram consultados pelo Governo da República acerca das medidas para o setor.

“Estamos a abordar uma questão de uma iniciativa legislativa do Governo da República. Depois, as políticas públicas da região relativamente à oferta do alojamento turístico serão tratadas a nível autonómico. Faremos isso em devido tempo”, declarou José Manuel Bolieiro à comunicação social, durante a Bolsa de Turismo de Lisboa, dia 1.

Questionado pelos jornalistas sobre se as medidas anunciadas a nível nacional para o AL, no âmbito do programa do Governo Mais Habitação, vão ser aplicadas nos Açores, José Manuel Bolieiro reforçou que a região “não vai abdicar da autonomia política no quadro da legalidade e da constitucionalidade”.

“Assumiremos a nossa autonomia política. Sendo certo que, ao que sei, nem os Açores nem a Madeira terão sido auscultados sobre esta matéria. Portanto, se é uma legislação de carácter nacional não houve consulta aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas”, afirmou.

Em reação a essas medidas, a Associação de Alojamento Local dos Açores (ALA) criticou o Governo da República, considerando que está a ser feito “um ataque forte” ao setor.

“O Governo está a fazer um ataque forte ao alojamento local. As medidas apresentadas não vão resolver em nada o problema da falta de habitação em Portugal”, afirmou o presidente da Associação de Alojamento Local dos Açores, João Pinheiro.



**Queremos desenvolvimento e progresso fundados na nossa sustentabilidade**



# ESTABILIDADE DOS DOCENTES NOS AÇORES CONTRASTA COM CRISPAÇÃO NA REPÚBLICA



A deputada do PSD/Açores Délia Melo sublinha “a estabilidade da classe docente garantida pelas políticas educativas levadas a cabo pelo Governo Regional”, por “contraste ao clima de crispação, insatisfação e de instabilidade que se vive no Continente”.

A parlamentar social-democrata fala dia 1, após uma reunião com o Conselho Executivo da Escola Secundária das Laranjeiras, para se inteirar de questões relativas à área do ensino, acompanhada dos deputados Joaquim Machado, António Vasco Viveiros e Ana Quental.

Délia Melo lembrou que “as medidas adotadas pelo Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) permitiram a abertura de mais de 1000 vagas para pessoal docente, nos últimos três concursos, um número muito superior ao que o Partido Socialista de Vasco Cordeiro abriu em oito anos.”

Para a deputada eleita pela ilha de São Miguel, “estão a ser encontrados mecanismos para colmatar a falta de docentes na Região, salvaguardando em simultâneo os direitos, liberdades e garantias destes profissionais, a par da definição de melhores condições de trabalho e de carreira”, salientou.

“A governação socialista nunca encontrou a necessidade nem a vontade de criar condições para garantir um efetivo combate à instabilidade da classe profissional, perpetuando a condição dos professores contratados, fazendo com que fossem vítimas de situações de precariedade inaceitáveis”, apontou a parlamentar social-democrata.

“Nos Açores, o Governo de Coligação está a tornar a carreira docente muito mais atrativa do que a nível nacional, tem apresentado uma estratégia, medidas concretas e resultados francamente favoráveis”, acrescentou.

# PSD SAÚDA VONTADE DO GOVERNO EM RESOLVER PROBLEMA DA ORLA COSTEIRA DAS CALHETAS



A Comissão Política do PSD da Ribeira Grande saúda o Governo Regional pela “disponibilidade em resolver o problema das derrocadas nas Calhetas, garantindo uma verba de 3,6 milhões de euros para uma intervenção na orla costeira”.

O dirigente do PSD na Ribeira Grande Jaime Vieira espera que “uma vez que o projeto de execução da empreitada se encontra concluído, a obra se inicie o mais breve possível, de modo a conter os riscos”.

Jaime Vieira ressalva “o trabalho realizado pelo executivo da Junta de Freguesia de Calhetas, liderado por Cátia Tavares, que está a acompanhar a par e passo o desenrolar dos acontecimentos no terreno, mantendo contacto próximo e constante com o Governo Regional”.

O Presidente da Comissão Política da Ribeira Grande imputa “responsabilidade aos governos socialistas que não resolveram o problema da erosão da falésia na zona urbana da

freguesia de Calhetas, arrastando o cenário de perigo iminente durante quase duas décadas”.

O dirigente social-democrata aponta que “caso os governos socialistas tivessem procedido a uma intervenção de fundo aquando das primeiras derrocadas, a freguesia de Calhetas não estaria a passar pela atual situação”.

A Comissão Política do PSD da Ribeira Grande exprime “a sua solida-

riedade com todos os que estão a ser afetados pelas derrocadas, desejando que a situação seja normalizada assim que possível”.

Segundo Jaime Vieira, “o projeto de execução para a empreitada consistirá, numa primeira fase, na proteção costeira à base da falésia, incidindo na zona mais crítica. Em março, estão previstos trabalhos de demolição dos imóveis mais afetados pelo processo erosivo”.

# PARLAMENTO DA MADEIRA APROVA VOTOS DE SOLIDARIEDADE PARA COM A UCRÂNIA

O Parlamento de Madeira aprovou, dia 2, três votos de solidariedade para com o povo da Ucrânia e as vítimas da guerra, apresentados por PSD, PCP e PS, sendo que o deputado único comunista votou contra a iniciativa da bancada social-democrata.

O voto de solidariedade “com o povo da Ucrânia”, da autoria do PSD, foi, assim, aprovado por maioria, o mesmo acontecendo com a iniciativa do PCP, designado “voto de solidariedade com as vítimas da guerra na Ucrânia, pela construção da paz e

contra a guerra”, que contou com a abstenção da bancada social-democrata.

Já o voto de solidariedade “para com as vítimas da guerra na Ucrânia”, da autoria do PS, maior partido da oposição regional, foi aprovado por unanimidade.

No Parlamento da Madeira estão representadas cinco forças partidárias: PSD (21 deputados) e CDS-PP (três deputados), que suportam o Governo Regional em coligação, PS (19 deputados), JPP (três deputados) e PCP (um deputado).



# MADEIRA VAI COMPARTICIPAR COMPRA DE CASA EM COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO

O Governo da Madeira vai participar a aquisição de casa em cooperativas de habitação até 30% do valor no ato da promessa de compra, revelou o chefe do executivo, afirmando que o objetivo é apoiar a classe média.

“Estamos a ultimar um pacote [de medidas para o setor da habitação] que será aprovado até ao próximo mês de maio, que será muito importante para ajudar as cooperativas e ajudar aqueles que querem adquirir casa nas cooperativas a fazê-lo em boas condições”, disse Miguel Albuquerque.

O Presidente do Governo Regional falava na cerimónia de lançamento da primeira pedra do edifício Residências Cortel, nos arredores do Funchal, um projeto promovido pela Cortel - Cooperativa de Habitação que vai disponibilizar 48 novos fogos.

“Vamos financiar um programa chamado PRAHABITAR que vai facultar que, no ato do contrato de promessa [de compra], os potenciais adquirentes dos fogos tenham à cabeça 20 a 30% do valor”, explicou Miguel Albuquerque, realçando que o executivo madeirense pretende apoiar “de corpo e alma” a habitação cooperativa.

O governante reconhece que o preço das casas na região autónoma registou uma subida significava, em parte decorrente da crise de covid-19 e da guerra na Ucrânia, sendo que o valor das transações imobiliárias atingiu os 660 milhões de euros até setembro de 2022.

“O desafio é encontrar uma oferta de habitação para a classe média e jovens casais de qualidade e que venha satisfazer, em termos de preço, o rendimento médio dos casais na Região Autónoma da Madeira”, explicou, adiantando que

atualmente estão já em construção cerca de 800 fogos a custos controlados nos 11 concelhos do arquipélago ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência.

Por outro lado, o Governo Regional vai apostar nas cooperativas de habitação, não apenas financiando os cooperantes na compra das casas, como também na bonificação dos juros e no apoio à aquisição de terrenos para construção.

Na cerimónia de lançamento da primeira pedra do edifício Residências Cortel, o presidente da Câmara Municipal do Funchal (PSD/CD-

S-PP), Pedro Calado, anunciou, por seu lado, que o executivo camarário se prepara para repor a majoração de 20% na construção de habitação promovida por cooperativas, que foi suspensa durante a governação das coligações lideradas pelo PS, entre 2013 e 2021.

“Estamos a trabalhar para voltar a colocar esta majoração de 20%”, disse, sustentando que “se esta medida estivesse em vigor, em vez dos atuais 48 fogos da habitação da Cortel, teríamos 58 fogos, ou seja, 10 fogos a mais e com os mesmos custos de estrutura”.



# ACÇÃO GOVERNATIVA

## Reuniões interdepartamentais vão assegurar meta de diminuição das despesas públicas

1 — De acordo com o programa da Aliança Democrática e com o programa do VIII Governo Constitucional foi definida uma política rigorosa de contenção das despesas públicas, de eliminação de gastos supérfluos ou inúteis, de extinção ou concentração de serviços públicos, de luta contra a burocracia e de combate à ineficiência do Estado.

2 — Em execução dessa orientação básica foi feito um primeiro esforço muito significativo na elaboração do Orçamento Geral

do Estado, começaram já a ser criados serviços e organizações descentralizados, foram abolidas todas as grezes de trabalho e comissões criadas antes de Julho de 1981, e foram realizadas as reduções de pessoal em várias áreas de pessoal na função pública.

3 — No mesmo sentido, ficou estabelecido na Lei do Orçamento Geral do Estado que todos os Ministérios e departamentos do Estado têm a obrigação, durante a execução orçamental de 1982, de

conseguir ganhos de produtividade pelo menos de 3 por cento, através de um novo esforço de racionalização das estruturas, métodos e modos de funcionamento.

Para cumprir com estes objectivos de Ministros levas e etícas, periodicamente, reuniões de racionalização em que, por um lado, estarão presentes o Primeiro-Ministro, o Vice-Primeiro-Ministro, o ministro de Estado e das Finanças e do

Plano, e o ministro da Reforma Administrativa, e, por outro lado, o titular de cada Ministério e respectivos colaboradores.

4 — No cumprimento dessa orientação, realizou-se já a 13 de Janeiro, no Gabinete do Primeiro-Ministro, nos 5.º andar, a primeira das reuniões de racionalização, que teve por objectivo o Ministério da Agricultura, Comércio e Pesca, tendo sido definidas as orientações a seguir na implementação deste departamento governativo.

### Lei da Base da Família

### Governo consagra reconhecimento da instituição social básica

O Conselho de Ministros aprovou a proposta de Lei da Base da Família, um documento importante a profissionais sociais.

Na Lei da Base da Família resume-se a globalidade dos princípios de política familiar que devem orientar o Estado, e, consequentemente a acção governativa, nos diversos sectores em que se actua.

Da educação à habitação, da justiça e da saúde, da segurança social e da fiscalidade, da ocupação social ao trabalho, da juventude e da economia, aos tempos livres e ao turismo e outros domínios ainda — as famílias portuguesas passam a dispor de uma verdadeira Carta de Direitos da Família, expressa no conjunto de normas programáticas e de princípios que aí se encontram.

O diploma em questão pode, assim, ser considerado — e assim o considera o Governo — como uma importante vitória e afirmação das famílias portuguesas e do associativismo familiar, a que o Conselho de Ministros exprime a sua homenagem.

O Estado português já reconheceu, a nível nacional e internacional, a família como instituição social básica. Hoje, o

Governo consagra a verdadeiramente, desenvolvendo e concretizando esse reconhecimento na proposta de lei que acaba de aprovar.

### Administração Pública

O Conselho de Ministros aprovou também diversas outras diplomas legais, nomeadamente uma proposta de lei sobre direitos de Adão e o estatuto do Refugiado, e projetos de decreto-lei regulando o regime de instalação do CEFA — Centro de Estudos e Formação Antropológica, alterando a regulação do Instituto de Genética Médica, promovendo o plano para a adaptação dos estatutos das cooperativas ao regime do Código Cooperativo.

Especial relevância merece a aprovação de um decreto-lei, extinguindo todas as Comissões e Grupos de Trabalho da Administração Pública, criados por diploma de natureza não legal antes de 30 de Junho de 1981. O mencionado diploma também contém a extinção das sessões de presença relativas à participação em reuniões de Comissões e Grupos de Trabalho, deixando antes essa participação de dar lugar a qualquer remuneração.

## Governo esclareceu situação do mercado da batata

O Governo justificou a presente situação no mercado da batata.

• Este resultado da greve prolongada não, as previsões de há muito têm apontado para importantes quebras de produção agro-silvopastorais, entre as quais se situa a batata cuja importação sempre se teve como indispensável.

• Existe ainda no país batata

em quantidades suficientes para que o abastecimento público se presente em termos normais.

• A greve prolongada, criada em condições para uma escassa produção de batata, pela ocorrência que a batata nacional viria a enfrentar, com inevitável depreciação do preço que há meses teve de se ajustar,

para mostrar os efeitos da queda de produção, bem como do agravamento do custo das facturas para investidores.

• Entretanto sofreu-se de forma técnica, logo no início do ano, uma redução de batata injuntável.

• Desde logo o Governo marcou a posição de não consentir

na elevação do preço mínimo de venda ao público (1600 por quintal), isentando as ações de fiscalização económica e de fiscalização imediata importação de batata com vista à pronta regularização do mercado, para além das medidas técnicas programadas no sentido de sugar as batatas resultantes de uma produção em quantidade insuficiente.

Leia **Povo livre** E **FAÇA NOVOS AMIGOS**



**NOVOS ARTIGOS**

PARA AGENDAS PLANING	20000
PARA AUTOCOLANTES	30000
RECORTES EM LÁ	100000
OS DE WHISKY	180000

PERDIDOS À SECCÃO CENTRAL DE VENDAS  
RUA BERNOS ARIES, 39 • 1206 LISBOA CODEX  
TELEF. 80 80 42 / 80 21 40

## PSD denuncia estratégia de subversão comunista

1. A Comissão Política Nacional do PSD, reunida em 13/1/82, analisou a situação política nacional e sentiu o dever de alertar a opinião pública para o conjunto de acções concertadas que têm sido desenvolvidas pelo PCP e organizações políticas e sindicais aliadas e que se sabe estarem em preparação, visando provocar a instabilidade política e a perturbação social, com o objectivo cínico de impedir a revisão da Constituição.

Nestas acções se integram a "Marcha da Paz" (enquadrada numa orientação global pró-soviética em curso na Europa Ocidental), as sucessivas greves marcadamente políticas em sectores vitais, a convocação de greve geral para 12 de Fevereiro, as campanhas de ataque pessoal já iniciadas em jornais comunistas, as promoções organizadas sobre a Assembleia da República (envolvendo a recém-anunciada "Convenção Nacional Democrática" sobre a revisão constitucional).

2. Torna-se, assim, claro que nos encontramos numa

primeira fase da movimentação comunista, em que os objectivos seriam mais genéricos — de agitação social, de confronto político, de tentativa de "mobilização popular". Mas, conhecendo-se a metodologia do PCP, é de admitir que, numa fase posterior, possam ser agravadas as "formas de luta" — englobando não só o aproveitamento de conflitos laborais e de novas zonas de conflito, provocação e especulação de atritos institucionais entre órgãos de soberania.

3. As fases delineadas serão certamente acompanhadas de intensa campanha de propaganda, aliás já iniciada, desengrando a acção governativa e imputando ao Governo e à sua base política e social de apoio a intenção de "golpe de Estado", praticado com a suposta connivência do Partido Socialista.

4. O Governo já demonstrou ter capacidade para utilizar os meios necessários para enfrentar os afloramentos dessas acções, como se verificou aquando da recente greve dos transportes em Lisboa.

5. Consequentemente o PSD exorta o Governo a prosseguir na sua acção, acompanhando de perto os aspectos mais salientes da ofensiva, informando os portugueses sem dramatismos perturbadores e contraproducentes, mas com verdade, tomando as medidas necessárias para evitar os afloramentos que alterem a ordem pública e prejudiquem o livre funcionamento das instituições democráticas.

6. A Comissão Política Nacional, atenta à situação na Polónia, decidiu exortar todos os seus militantes e simpatizantes e a população em geral, no sen-

tido de aderirem ao movimento simbólico que será desencadado no próximo dia 30 em muitos países do mundo livre, em apoio e solidariedade ao povo polaco. Tal gesto traduz-se, entre outras iniciativas que serão oportunamente divulgadas, através da colocação de velas azuis nas janelas de cada residência.

7. A Comissão Política Nacional do PSD iniciou a aprovação do texto do protocolo para as eleições autárquicas a celebrar no seio da AD e deliberou convocar o Conselho Nacional para o próximo dia 6 de Fevereiro.

**A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL**

"PSD denuncia estratégia de subversão comunista". A Comissão Política Nacional do PSD, reunida em 13 de janeiro de 1982, analisava a situação política nacional e alertava a opinião pública para as ações desenvolvidas pelo PCP e organizações aliadas dos comunistas.

# CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO

**TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt**

## DISTRITOS

### AVEIRO

Ao abrigo do artigo 41º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 17 de março de 2023 (sexta-feira), pelas 21H30, no Cineteatro de Estarreja, sita na Rua Visconde Valdemouro, em Estarreja, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Prestação de Contas 2022;
2. Jornadas "Construir a Alternativa"

### COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes para reunião ordinária da Assembleia Distrital de Coimbra, a realizar no próximo dia 16 de março (quinta-feira) de 2023, pelas 21H00, na Biblioteca Municipal de Cantanhede, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários s/n em Cantanhede, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. "Construir a Alternativa"

### ÉVORA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Évora, para reunir, no próximo dia 15 de março (quarta-feira) de 2023, pelas 21H00 no Évora Hotel, sita na Av. Túlio Espanca-Évora, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Iniciativa "Construir a Alternativa" com a presença de um membro da Comissão Política Nacional.

### FARO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Faro do PSD, para reunir, em sessão extraordinária, no âmbito das Jornadas "Construir a Alternativa", no próximo dia 18 de março (sábado) de 2023, pelas 15H00, no Auditório do Instituto D. Francisco Gomes (Casa dos Rapazes), sito na Rua Dr. José de Matos, em Faro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Iniciativa "Construir a Alternativa", com a presença do Vice Presidente do PSD, Miguel Pinto Luz.

Nota: No âmbito do "Sentir Algarve" haverá um almoço de homenagem para os militantes da Secção de Faro há mais de 25 anos, a anteceder as jornadas "Construir a Alternativa". Para os militantes que pretendam participar no almoço, por favor queiram fazer a reserva para o nº 911 116 000

### LISBOA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de março (quinta-feira) de 2023, pelas 21H00, na UACS-União de Associações do Comércio e Serviços, sita na Rua Castilho, nº 14-Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: "Construir a Alternativa" com a presença de um membro da Comissão Política Permanente.

## SECÇÕES

### ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ansião para reunir no dia 18 de março (sábado), pelas 21H30, na Sede do PSD/Ansião, sita na Av. Dr. Vítor Faveiro, 27 - 10 Esq., em Ansião, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Aprovação de contas do Ano de 2022 da Secção de Ansião;
3. Plano de Atividades e Orçamento 2023 da Secção de Ansião;
4. Análise da situação política.

### BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD/Baião para reunir no próximo dia 18 de março (sábado) de 2023, pelas 17H30, na Sede do Partido, sita na Rua de Camões Campelo – Baião, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações da Presidente da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Informações da Presidente da Comissão Política de Secção;
3. Informações dos Vereadores Eleitos à Câmara Municipal;
4. Análise da situação política concelhia;
5. Outros assuntos.

### CAMINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD para os Órgãos Locais, convoca-se todos os militantes da Secção de Caminha para a Eleição dos Órgãos, a realizar no próximo dia 15 de abril (sábado) pelas 14H00, sita na Rua da Corredoura, nº22-Caminha, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;

2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas aos Órgãos Locais devem ser entregues ao presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até ao terceiro dia anterior ao ato eleitoral (quarta-feira) na morada da Sede entre as 13H00 e as 15H00.

A eleição decorrerá entre as 14H00 e as 16H30. As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 16H30.

### CORUCHE

De acordo com o art.º 54º dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Coruche, para reunir em Secção Ordinária a Assembleia de Secção, dia 18 de março (sábado) de 2023, pelas 11H00, na Sede do PSD de Coruche, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26 em Coruche, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação das contas de 2022, de acordo com o artº 53, nº 2 alínea d) dos Estatutos;
2. Aprovação do Orçamento para 2023, de acordo com o artº53º, nº 2, alínea d) dos Estatutos;
3. Análise da situação política local e nacional.

### ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Elvas, para uma Assembleia da Secção a realizar no próximo dia 16 de março (quinta-feira) de 2023, pelas 18H30 na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua da Feira, 30 A – Elvas com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Organização funcional dos Grupos de Trabalho e condições a preencher pelos respetivos elementos.
2. Análise da situação Política Partidária Local e Nacional e definição das estratégias políticas.
3. Confirmação da Eleição dos Militantes;
  - a) CPS de Elvas
  - b) CP Distrital
4. Outros assuntos.

### LAMEGO

CANCELAMENTO DA COVOCATÓRIA PUBLICADA NO POVO LIVRE DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de março (sexta-feira), pelas 21H00, no Auditório da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, na Avenida das Acácias, em Lamego, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações do Presidente da Comissão Política de Secção;
2. Informações do Presidente da Comissão Política Distrital;
3. Outros assuntos.

### LISBOA ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir no próximo dia: 25 de março (sábado) de 2023 às 21H00, na Sede PSD do Cadaval sita na Rua D. Fernando, 12 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Votação do orçamento para 2023;
- 2 - Discussão e aprovação de relatório e contas de 2022;
- 3 - Análise da situação política.

### PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel para reunir, no dia 17 de março (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00, presencialmente na Quinta do Império, sita na Rua do Lobito, Freguesia de Rio de Moinhos, Concelho de Penafiel com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e votação do relatório de contas de 2022;
2. Discussão e votação do plano e orçamento para 2023;
3. Análise da situação política.

Notas: Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.

### PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte da Barca, para reunir no próximo dia 17 de março (sexta-feira), às 21H00, no Auditório Municipal de Ponte da Barca, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação das contas relativas ao ano de 2022;
2. Análise da situação política local e nacional;
3. Outros Assuntos de Interesse.

Nota: Se à hora designada não tiver comparecido o número necessário de militantes, a reunião realizar-se-á meia hora mais tarde

### PÓVOA DO VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes de Póvoa de Varzim, para reunir no dia 22 de março (quarta-feira) de 2023, pelas 21H00, na Sede do PSD, sita na

Praça do Almada, nº 7 Póvoa de Varzim, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

#### VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos do PSD aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Vizela, para reunir no próximo dia 8 de abril (sábado) de 2023, pelas 15H00, na

Sede da Concelhia sita na Rua Fonseca e Castro, nº 100, em Vizela, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

Notas: Os processos de candidatura devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção do PSD de Vizela, ou a quem legalmente o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na respetiva concelhia.

O ato eleitoral decorrerá na nossa Sede, sita na Rua Fonseca e Castro, número 100, em Vizela, entre as 15H00 e as 19H00.

# CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com)

#### ERRATA CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS

##### Artigo 14º (Local, Data e Horário)

1. O Congresso Distrital reunirá no dia 18 de março de 2023 (sábado), no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, sita na Av. da Liberdade, n.º 24, 7300-065 Portalegre, com início às 09h30.

#### II CONSELHO DISTRITAL CASTELO BRANCO

Nos termos do artigo 56.º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a segunda reunião ordinária do Conselho Distrital de Castelo Branco da JSD, a ter lugar no dia 26 de Março de 2023, pelas 15h00, na Pousada da Juventude da Serra da Estrela, sita em Penhas da Saúde, N339, 6200-324 Covilhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Apresentação e votação do Plano de Atividades 2023;
- 3 – Apresentação e votação do Orçamento 2023;
- 4 – Análise da situação política;
- 5 – Outros assuntos.

#### VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Vila Nova de Famalicão para o Plenário a realizar no próximo dia 30 de Março de 2023, pelas 20:30h, na Sede do PSD de Vila Nova de Famalicão, Sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 - 3º Sala 14, 4760-114 Vila Nova de Famalicão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Visão 25;
- 3 – Outros assuntos;

#### PROCESSO ELEITORAL DISTRITAL DE ÉVORA

##### ARRAIOSLOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se

os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 8 de abril de 2023, pelas 16h00 horas, na Sede do PSD Concelhia de Arraiolos, sita na Rua do Santo Contestável 05 Arraiolos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados residenciais ao Congresso Distrital de Évora da JSD.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na morada supracitada. As urnas estarão abertas das 16h00m às 18h00m.

#### ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 8 de abril de 2023, pelas 16h00 horas, na Sede do PSD Concelhia de Estremoz, sita na Rua do Largo dos Dragões de Olivença 89 Estremoz, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados residenciais ao Congresso Distrital de Évora da JSD.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na morada supracitada. As urnas estarão abertas das 16h00m às 18h00m.

#### ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 8 de abril de 2023, pelas 16 horas, na Sede do PSD Distrital, sita na Rua Cândido dos Reis 48 Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados residenciais ao Congresso Distrital de Évora da JSD.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na morada supracitada. As urnas estarão abertas das 16h00m às 18h00m.

#### MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 8 de abril de 2023, pelas 16 horas, na Sede do PSD Mourão, sita na Praça da República 4 Mourão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados residenciais ao Congresso Distrital de Évora da JSD.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na morada supracitada. As urnas estarão abertas das 16h00m às 18h00m.

#### REGUENGOS DE MONSARAZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 8 de abril de 2023, pelas 16h00 horas, na Sede do PSD Reguengos de Monsaraz, sita na Rua Serpa Pinto 15 Reguengos de Monsaraz com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados residenciais ao Congresso Distrital de Évora da JSD.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia an-

terior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na morada supracitada. As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00..

#### VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 8 de abril de 2023, pelas 16h00 horas, na Sede do PSD Vendas Novas, Avenida Marechal Craveiro Lopes 25-A Vendas Novas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados residenciais ao Congresso Distrital de Évora da JSD.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na morada supracitada. As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00

#### VILA VIÇOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 8 de abril de 2023, pelas 16 horas, na Rua Florbela Espanca 28 Vila Viçosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos delegados residenciais ao Congresso Distrital de Évora da JSD.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na morada supracitada. As urnas estarão abertas das 16h às 18h.